

## **PARECER DE REGULARIDADE DO CONTROLE INTERNO – TERMO ADITIVO**

---

Eu JULIANA FERNANDA VIEIRA DA SILVA, portadora do CPF/MF nº 036.321.182-99, no cumprimento das atribuições estabelecidas nos Art. 31 e 74 da Constituição Federal, nos termos do §1º, do art. 11, da RESOLUÇÃO Nº. 11.410/TCM de 25 de fevereiro de 2014 e demais normas que regulam as atribuições do Sistema de Controle Interno, referentes ao exercício do controle prévio e concomitante dos atos de gestão e, visando orientar o Administrador Público, expedimos, a seguir, nossas considerações.

***Ementa: Termo aditivo do contrato em referência nº 20220022 – Prorrogação de vigência***

Trata-se do parecer da Coordenadoria de Controle Interno, solicitado pela Comissão Permanente de Licitação – CPL, para fins de manifestação quanto à possibilidade de prorrogação de vigência do contrato em referência, oriundo do Processo Licitatório PREGÃO ELETRÔNICO nº 068/2021-PE/SRP, firmado entre a Prefeitura Municipal de Ipixuna por meio do Fundo Municipal de Saúde e a empresa **L. N. B COSTA TRANSPORTE SERVIÇOS E COMERCIO EIRELI**, cujo objeto do contrato consiste na **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E FLUVIAIS, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

A solicitação, bem como sua justificativa, comprova a necessidade do termo aditivo, tendo como objetivo prorrogar a vigência do contrato. Diante das análises realizadas na solicitação e anexos, observou-se que há necessidade do termo aditivo. Seguindo a justificativa e as planilhas em anexo enviada pela Secretaria Municipal de Saúde, foi realizado a análise legal pelo Departamento Jurídico, a solicitação é aceita, conforme comprovação da efetiva necessidade do aditivo, bem como a existência de saldo orçamentário.

Estando em conformidade com as Lei das licitações e das análises do contrato firmado entre as referidas partes, há conformidade e prevê a possibilidade solicitada, conforme a legalidade, com a finalidade de dar continuidade aos serviços prestados.

Deste modo, esta coordenadoria, em suas considerações, faz saber que, após exames detalhados dos atos procedimentais deste tema em questão, passamos a dar o parecer de forma

favorável, que está em concordância com as formas legais com base nas regras insculpidas pela Lei nº 8.666/1993 e demais instrumentos legais correlatados.

Por fim, fica concedido o parecer de prorrogação do contrato nº 20220022, sendo ele com vigência até o dia 28 de fevereiro de 2023.

Ipixuna do Pará, 25 de janeiro de 2023

---

*Juliana Fernanda Vieira da Silva*

**Controladoria Geral do Município**

*Decreto nº 126/2021-Gp*

